

TRADUÇÃO - REPRODUÇÃO NÃO BRANCA E EROTISMO HOMOSSEXUAL: ATOS QUEER CONTRA A NATUREZA¹**TRANSLATION - Non-white reproduction and same-sex eroticism: Queer acts against nature.**

Tradução do artigo: Gosine, Andil.2010. Non-white reproduction and same-sex eroticism: Queer acts against nature. Queer ecologies : Sex, nature politics, desire.

Fabio A G Oliveira²

Doutor em Filosofia pela UFRJ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0275-6595>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2941317514296044>

Renato Amantino³

Mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva pela UFF

ORCID

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6137822494166353>

Denis Duarte⁴

Mestre em Ciência de Dados pela University College Dublin (UCD)

ORCID

Lattes

Em contextos culturais predominantemente euro-americanos, dois tipos de sexo têm sido (são) ditos tóxicos para a natureza: sexo reprodutivo entre pessoas não brancas e sexo entre homens. Desde sua origem com os preservacionistas-conservacionistas até a canonização de Al Gore, no século XXI, como eco-ativista global, os principais

¹ O presente artigo foi publicado no ano de 2010 e compôs a Coletânea intitulada “Queer Ecologies: Sex, Nature, Politics and Desire”, organizada por Catriona Mortimer-Sandilands e publicada pela Indiana University Press (p. 149-172). Sua tradução para a publicação em português foi autorizada pelo próprio autor Andil Gosine em agosto de 2022. (Nota dos tradutores).

² Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN-UFF). Coordenador do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA) e do Grupo de Pesquisa C.U.I.R. (Cultivando Utopias, Insurgências e Revoluções) na mesma Universidade.

³ Doutorando em Bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Bioética (PPGBIOS-UFF). Graduado em Letras Português/Inglês pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques (FTESM).

⁴ Mestre em Ciência de Dados pela University College Dublin (UCD) e graduado em Ciência da Computação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (LEA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).



movimentos ambientais norte-americanos têm investido na produção e circulação de discursos sobre “superpopulação” que colocam a culpa pelo desastre ecológico global nas propensões reprodutivas dos pobres do mundo; que, devido à fácil colaboração do capitalismo com o patriarcado e o racismo, têm significado os povos não brancos economicamente desfavorecidos do mundo, particularmente as mulheres em gestação (ou com potencial para engravidar) da Ásia, África e América do Sul e Central, bem como as Nações Originárias e as mulheres não brancas na América do Norte. Todos foram coletivamente responsabilizados por “superpovoar” a Terra e por colocar muita pressão sobre os seus recursos naturais. Paul Ehrlich expôs, sucintamente, a lógica para essa posição em seu influente texto de 1968, *The Population Bomb* (“A população-bomba”, em tradução literal): “muitas pessoas”, com “pouca comida”, conduzem a “um planeta moribundo”.⁵ Em termos mais diretos, Ehrlich e outros autores estavam fazendo (ainda fazem) a alegação de que o sexo heterossexual (reprodutivo) entre homens e mulheres pobres sobrecarregou os ambientes naturais e ameaçou a sobrevivência do próprio planeta Terra. Mais recentemente, vários estudiosos têm chamado a atenção para as maneiras pelas quais o sexo homossexual masculino também tem sido articulado em discursos de políticas públicas e marcos legais como prejudiciais a ambientes saudáveis. A dita “pegação” pública (*cruising*) e a atividade sexual de homens em parques e praias, em paisagens tanto rurais quanto urbanas pelo mundo, têm sido historicamente interpretadas como atos ilícitos e perigosos que degradam os locais onde eles ocorrem (Castells and Murphy 1982; Chauncey 1995; D’Emilio and Freedman 1988; Ingram 1997; Schultz 1998).⁶

⁵ Os títulos dos três primeiros capítulos de *The Population Bomb* (A população-bomba) foram: “Too Many People”, “Too Little Food” e “A Dying Planet”.

⁶ O sexo público entre mulheres e o sexo heterossexual público também foram posicionados de forma semelhante, mas por várias razões atraíram consideravelmente menos atenção crítica. Não foi feita muita pesquisa sobre sexo entre mulheres em locais públicos – em parte, sem dúvida, por causa do rebaixamento organizado das mulheres para a esfera privada e a sua exclusão da esfera pública. O sexo heterossexual público (“*dogging*” etc.) tem ganhado alguma atenção, mas certamente menos do que o sexo homossexual masculino, e é geralmente menos energeticamente escandalizado.



Neste ensaio, quero começar a refletir sobre a representação de ambos os tipos de sexo como ameaças ecológicas e convidar a uma consideração mais atenta sobre eles. Embora a propaganda sobre superpopulação e suas ramificações materiais (programas de planejamento familiar, práticas coercitivas de esterilização etc.) e a criminalização e policiamento de atos sexuais entre homens tenham sido – e sejam – geralmente tratados como fenômenos distintos, suas genealogias estão intimamente entrelaçadas através dos projetos de colonialismo, desenvolvimento e construção de nação. Contrastando com as formações heterossexistas e racializadas da natureza engendradas através desses projetos (a criação de parques nacionais etc.), o sexo heterossexual potencialmente reprodutivo entre pessoas não brancas e o sexo homossexual, eu defendo, ameaçam as ambições colonial-imperialista e nacionalista. Ambos são “atos *queer*” na medida em que desafiam as normas declaradas de colaboração com narrativas coloniais de raça, sexo e gênero, através das quais formações modernas da natureza foram constituídas. Ambos não se adequam e são ameaçadores para os projetos de construção da nação branca engendrados através do processo de colonização e são suportados acriticamente por discursos históricos e contemporâneos do meio ambiente e da ecologia.

Considero três aspectos comuns aos discursos sobre os perigos ecológicos da superpopulação e da homossexualidade que demonstram como eles funcionam de forma semelhante e que são igualmente investidos na produção e manutenção da heteronormatividade branca: (1) o compromisso com projetos de construção da nação branca; (2) o uso de argumentos conectados sobre segurança pública e moralidade para fazer alegações sobre os perigos que o sexo heterossexual não branco e o sexo homossexual representam para a natureza; e (3), a negação do erótico pelo insistente não reconhecimento do desejo sexual e dos atos sexuais como prazerosos. Para esse fim, examino uma série de textos nos quais esses discursos tomam forma: reportagens de jornais e outros meios de comunicação, livros didáticos e outras publicações acadêmicas, documentos governamentais, incluindo aqueles elaborados por agências policiais e materiais produzidos por organizações ambientais.



Minha defesa de ambos atos sexuais como sendo “*queer*” é fruto do reconhecimento de suas imbricações e pretende ser uma forma de provocação à teorização e prática da Ecologia *Queer*. Através deste trabalho, estou verificando como a produção de angústias sexuais racializadas vincula o encontro colonial a projetos de industrialização/desenvolvimento e construção de nação, como expresso, por exemplo, nos programas contemporâneos de controle populacional e prevenção do HIV/AIDS, bem como no policiamento da homossexualidade em parques e praias. Eu argumento que esses projetos se esforçam e trabalham para sustentar o heteropatriarcado branco e quaisquer atos vistos como empecilhos para essa agenda são constituídos não apenas como antinaturais, mas *tóxicos* para a natureza. Esta afirmação não está muito distante daquelas feitas por estudiosos pós-coloniais e psicanalistas que reconhecem o sexo como um território fundamental através do qual os períodos do império são negociados e estipulados. Tampouco, essa é uma afirmação que tem sido inexplorada na literatura de justiça ecológica *queer* ou ambiental; minha posição se baseia muito no trabalho de outras pessoas que contribuíram com este volume⁷ que descreveram as várias maneiras pelas quais a natureza é convocada a assumir a tarefa de marcação racial, gênero e sexual de certos corpos como tóxicos. Neste artigo, desvio a atenção dos corpos que são marcados como tóxicos para o ato sexual que os significam dessa forma. Um foco no sexo, em vez de nos corpos, resiste a qualquer estabilização de raça, gênero ou sexualidade, e volta a atenção para os atos que dão significado aos corpos. O sexo é onde as ansiedades sobre o *self* motivam a produção de raça, gênero e identidade sexual, e sexo é o lugar que pode apresentar, penso eu, possibilidades interessantes para configurar uma política ecológica que seja profundamente atenta às múltiplas formas de opressão que produzem e organizam a natureza.

10 sexo dos Outros

⁷ No original, o texto faz referência aos demais artigos publicados na coletânea “*Queer Ecologies: sex, nature, politics and desire*”, organizada por Catriona Mortimer-Sandilands em 2010 pela Indiana University Press. (Nota dos tradutores).



O sexo dos “Outros” há muito tempo preocupa a imaginação dos administradores sociais e econômicos da cultura euro-americana. Antes da colonização europeia do Sul Global, fantasias e ansiedades sobre suas “raças monstruosas”, de “Homens e Mulheres Selvagens”, lascivos, circulavam através de discursos e textos escritos. Vários autores europeus testemunharam sobre uma potente sexualidade dos africanos em textos dos séculos XVI e XVII: Leo Africanus, um mouro marroquino espanhol, anunciou em 1526 que “não há nação sob o céu mais propensa à busca por prazer sexual” do que os negros da África Ocidental; em 1566, o teórico político francês Jean Bodin de maneira semelhante concluiu que “na Etiópia... a raça dos homens é muito ávida e lasciva”; em 1624, a *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, fez referência a “um santo eremita” que “desejava ver o Espírito da Fornicação” e que apareceu para ele, então, um pequeno Aethiop⁸ feio e sujo”; e em 1665, o autor inglês de *The Golden Coast* relatou que os negros eram “muito lascivos e sem vergonha, especialmente no que se refere à ocultar sua nudez” (conforme citado por Jordan, 2000, 44-45). Muitos comentaristas supunham que os negros haviam surgido de relacionamentos bestiais com macacos. Bodin observou: “uma copulação promíscua de homens e animais ocorreu, logo as regiões da África nos produziram tantos monstros” (Jordan 2000, 43-44).

Essas fantasias “se misturaram com encontros imaginados e relatos imaginados do ‘Oriente’ ou dos africanos, e exerceram uma poderosa influência formativa em personalidades como Colombo”, e influenciaram a organização da sociedade colonial em torno dos tropos de raça e gênero (Rattansi 1994, 44). Por exemplo, em seu estudo sobre a construção de categorias coloniais e identidades nacionais em torno do conceito de “*métissage*” (uniões inter-raciais), na Indonésia francesa do século XIX, Ann Laura Stoler (1995, 226) demonstra como “a gestão da sexualidade, parentalidade e moralidade estava

⁸ O termo Aethiop era utilizado de forma pejorativa para se referir a toda e qualquer pessoa negra. Sua etimologia se refere ao termo grego “Aithiops” que, em tradução literal, significa “rosto queimado”: aitho- ‘queimar’ + ops- ‘rosto’. O termo também foi usado para catalogar uma espécie de macaco encontrado em uma determinada área do continente africano. (Nota dos tradutores).



no centro do projeto colonial”. A coabitação, a prostituição e os casamentos mistos legalmente reconhecidos, diz ela, “colocavam mulheres, homens e sua prole de forma diferente na paisagem social e moral da sociedade colonial” e “eram suportados por avaliações pedagógicas, médicas e jurídicas que moldavam as fronteiras da adesão europeia e as fronteiras internas do próprio Estado” (Stoler 1995, 226). Através do curso da colonização, as ansiedades sobre as sexualidades dos povos não brancos também influenciariam a constituição do espaço natural em todo o mundo. A criação de “reservas de vida selvagem” e parques nacionais em todo o mundo colonizado se deu a partir da remoção da presença humana e reprodutiva desses lugares: as populações indígenas locais. Os povos aborígenes da África, América do Norte e Ásia foram vistos tanto como parte quanto ameaça de uma natureza intocada, um argumento contraditório que se baseava, não em pequena parcela, nos medos do potencial reprodutivo e “grande quantidade” deles.

2 Reprodução/Superpopulação

Das diversas formas pelas quais as ansiedades sobre o sexo dos Outros continuaram a moldar o mundo contemporâneo, a produção de discursos sobre a superpopulação tem sido um legado especialmente poderoso. O clérigo inglês Thomas Malthus é creditado por inovar a ideia de que o crescimento da população humana (e não o que os humanos fazem) é social e ambientalmente destrutivo. Em seu *Essay On Population* (“Ensaio sobre a população”, em tradução literal), de 1798, Malthus (1798/1958) defendeu que, uma vez que a produção agrária aumenta aritmética e a população cresce geometricamente, a pobreza e a doença agiriam como ferramenta de controle do excesso de pessoas que estivessem superando a disponibilidade de recursos. A tese de Malthus seria ressuscitada e revisada para servir a muitos interesses diferentes



nas décadas subsequentes: teóricos raciais,⁹ defensores do controle de natalidade,¹⁰ agentes militares americanos do imperialismo e da segurança nacional,¹¹ etnonacionalistas, formuladores de políticas de desenvolvimento internacional e gerentes de projetos¹² e ambientalistas. A ideia de que o crescimento populacional em comunidades não brancas representa uma ameaça ecológica teve, ao longo do século XX, grande receptividade popular, particularmente no Norte Global. Duas publicações de 1968 foram especialmente influentes no avanço desse pensamento. A revista *Science* publicou o polêmico ensaio de Garrett Hardin *The Tragedy of the Commons* (“A tragédia dos comuns”, em tradução literal), no qual ele declarou que “a liberdade de reprodução é intolerável” (Hardin 1968, 1246). O ensaio criticou fortemente os argumentos para a

⁹ Em 1878, George Arthur Gaskell pronunciou: “há certamente um grande perigo na diminuição da fertilidade de algumas raças, a saber, que a pressão por outras raças sobre elas possa extingui-las. A fertilidade diminuída começa nas raças que são mais fortes socialmente; confio que eles vão durar. As nações guiadas pela razão não podiam se submeter por muito tempo a ter seu padrão de conforto ou seus meios diminuídos pelo influxo de uma raça inferior” (conforme citado por Greer 1984, 255).

¹⁰ Por exemplo, em seu *Birth Control Review* (“Revisão de controle de natalidade”, em tradução literal), de 1919, a principal defensora feminista do controle de natalidade, Margaret Sanger, defendeu a posição popular que continua até hoje a motivar o planejamento do controle populacional: “mais crianças dos aptos e menos dos inaptos – essa é a principal questão do controle de natalidade” (conforme citado por Hartmann 1995, 99). No livro de Sanger, *Pivot of Civilization* (“Pivô da civilização”, em tradução literal), ela também alertou aos líderes que as massas analfabetas “degeneradas” podem destruir “nosso modo de vida” (Hartmann 1995, 99), e buscou parcerias com eugenistas.

¹¹ Os interesses militares dos EUA em “questões populacionais” atingiram novos patamares na década de 1940. “É provável que nos últimos cinco anos”, observou Pendell em 1951, “mais cópias de discussões relacionadas à população foram publicadas do que em todos os séculos anteriores” (conforme citado por Escobar 1995, 34). Em julho de 1959, um comitê do governo presidido pelo general militar William H. Draper recomendou ao presidente Eisenhower que os Estados Unidos financiassem a pesquisa populacional como parte de seu Programa de Segurança Mútua, e que a ajuda seja dada aos “países em desenvolvimento que estabelecem programas para controlar o crescimento populacional” (conforme citado por Hartmann 1995, 105).

¹² Reinventando os Estados do Terceiro Mundo como sociedades “subdesenvolvidas” e “pobres”, o desenvolvimento também explicou a pobreza e a luta nessas sociedades como o resultado direto do crescimento populacional (Hartmann 1995; Sen and Cultivado 1987). De fato, as políticas de desenvolvimento eram geralmente baseadas nos princípios econômicos de John Maynard Keynes, um autoproclamado malthusiano. Membro de duas organizações de controle de natalidade, a Liga Malthusiana e a Sociedade Marie Stope para o Controle Construtivo de Natalidade e Progresso Racial, Keynes acreditava que as classes trabalhadoras criavam demais; ele via as mortes por fome, guerra e peste como o meio mais eficaz de elevar os padrões de vida em países superpovoados do Terceiro Mundo (Toye 2002). Com o controle populacional identificado como condição básica da estabilidade social desses países, o sexo reprodutivo entre pessoas pobres e não brancas, então, sempre coloca em risco sua própria segurança, bem como a do Norte.



redistribuição da riqueza e se uniu em uma forte defesa da eugenia, da privatização dos recursos naturais e das práticas coercitivas de esterilização contra os pobres. Mais ou menos na mesma época, o Sierra Club publicou o *The Population Bomb*, de Paul Ehrlich (1968) – um projeto que Sierra havia comissionado. Muitos ambientalistas saudaram a reescrita “científica” da lei populacional de Malthus feita por Ehrlich,¹³ e alguns, como o fundador da Earth First!, Dave Foreman, foi além ao sugerir que a morte e o sofrimento humano eram tanto uma consequência natural quanto uma solução para o problema ambiental da superpopulação humana.¹⁴

A maior parte das teorias confiáveis rejeitou abertamente as alegações malthusianas.¹⁵ O mito da superpopulação é simplesmente ciência ruim, que é desconstruída pela experiência prática e é impulsionada por interesses ideológicos particulares que servem para desviar a atenção do fato de que a maioria dos problemas

¹³ Incluído nas organizações ambientais que promoveram esta doutrina foram: a Sociedade Audubon, a Federação Nacional de Vida Selvagem, Ação Populacional Internacional e, o subgrupo do Sierra Club, Campanha sobre População e Meio Ambiente (CPMA). Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), de 1992, lobistas populacionais e ambientalistas se uniram para emitir uma “Declaração de Prioridade sobre a População”, que afirmava: “devido ao seu impacto generalizado e prejudicial nos sistemas ecológicos globais, o crescimento populacional ameaça sobrecarregar quaisquer possíveis ganhos feitos em melhorar condições de vida” (conforme citado por Hartmann 1995, 145).

¹⁴ Em uma entrevista de 1986 com Bill Devall, Foreman disse que “a pior coisa que poderíamos fazer na Etiópia é dar ajuda – a melhor coisa seria apenas deixar a natureza buscar seu próprio equilíbrio, deixar as pessoas lá simplesmente morrerem de fome” (Bookchin, Foreman and Chase 1991, 108). Em 1981, ele também argumentou que “deixar os EUA serem uma válvula de escape para os problemas na América Latina não está resolvendo nada. Está apenas colocando mais pressões sobre os recursos que temos nos EUA” (108). Foreman diz: “para mim, o problema não é apenas descobrir como nivelar a população humana em um nível que possa ser biologicamente sustentado em níveis equitativos de consumo... Outros seres, tanto animais como vegetais, e até mesmo os chamados objetos ‘inanimados’, como rios, montanhas e habitats selvagens, são inerentemente valiosos e vivem para o seu próprio bem, não apenas para a conveniência da espécie humana. Se formos sérios, então, sobre a criação de uma sociedade ecológica, precisaremos encontrar maneiras humanas de chegar a um nível populacional global que seja compatível com o florescimento de ursos, tigres, elefantes, florestas tropicais e outras áreas selvagens, bem como seres humanos. Isto exigirá, sem dúvida, que baixemos os nossos atuais níveis populacionais que, mesmo que consigamos ultrapassar a pobreza e a má distribuição, provavelmente continuariam a devastar a diversidade nativa da biosfera, que tem vindo a evoluir há três mil milhões e meio de anos. Adiro ao princípio da ecologia profunda de que “o florescimento da vida e das culturas humanas é compatível com uma diminuição substancial da população humana e que o florescimento da vida não humana requer tal diminuição” (ibidem., 53).

¹⁵ Ver: Bookchin (1994, 30-48); Correa (1995); Hartmann (1995); Mies and Shiva (1993); Sen (1994); Sen and Cultivado (1987); e Yearley (1996, 51-55).



ambientais – aquecimento global, poluição, desmatamento e assim por diante – é consequência direta da industrialização, do consumo excessivo e da territorialização capitalista, e *não* simplesmente da superpopulação. No entanto, a ideia continua a exercer uma influência significativa nas análises e respostas dos problemas ambientais. Para os movimentos ambientais preservacionistas-conservacionistas na América do Norte, o mito da superpopulação era uma distração atraente dos efeitos do capitalismo e da industrialização, que se tornaram especialmente evidentes na década de 1960, desviando de forma eficaz a atenção das atividades de consumo dos estadunidenses brancos de classe média-alta, que muitas vezes eram membros dos movimentos (Darnovsky 1992). Esse discurso ressoa ainda hoje. Em seu celebrado documentário de 2006, *An Inconvenient Truth* (“Uma verdade inconveniente”, em tradução literal), Al Gore continua comprometido com a retórica malthusiana adaptada dos Ehrlichs, e acrescenta em vários momentos da sua apresentação das análises sobre as mudanças climáticas com referências e suposições sobre “o desastre” do crescimento populacional. No manual do estudante que Gore produziu em conjunto com o filme, uma seção intitulada “Rota de Conflito” começa com o aviso: “estamos testemunhando um conflito massivo e sem precedentes entre nossa civilização e a Terra. Estamos destruindo o planeta. Como isso aconteceu? Uma das principais razões é que existem muitos de nós na Terra” (Gore 2007, 136).

À maneira tipicamente malthusiana, Gore inclui um informativo de duas páginas mostrando o crescimento populacional desde 160.000 a.C. até 2050 d.C., quando se espera que mais de nove bilhões de seres humanos estarão vivendo no planeta (Gore 2007). Este capítulo também inclui referências visuais a apenas dois lugares que demonstram o “problema” global da superpopulação: Tóquio e Brasil.¹⁶ Sobre o primeiro, Gore (2007, 142) observa que “a população da área metropolitana de Tóquio, a maior do mundo, cresceu para mais de 35 milhões”. Uma imagem de um madeireiro na Floresta Nacional do Tapajós, no Brasil, é acompanhada pela explicação de que, “por causa desse rápido aumento da população, há uma crescente demanda em todo o mundo por

¹⁶ No material utilizado por Al Gore, em que pese a referência ao Brasil, o político e empresário se reporta especificamente à Amazônia brasileira. (Nota dos tradutores).



alimentos, abrigo, água, energia, o que, por sua vez, coloca uma pressão sobre todos os nossos recursos naturais” (Gore 2007, 142). A fotografia do madeireiro é seguida e justaposta contra uma imagem de uma área recém-desmatada de Forks, Washington. Notavelmente, nenhuma imagem de madeireiros está incluída na imagem da Floresta Forks, embora os humanos apareçam novamente no terceiro conjunto de imagens, quando um jovem homem negro empunha armas contra uma floresta em chamas no pano de fundo, em Rodônia/Brasil (Gore 2007). As imagens finais do capítulo reiteram a ligação entre negritude e destruição ambiental, à medida que a atenção do leitor é direcionada para as diferenças entre a exuberante e verde República Dominicana e a República do Haiti, onde “98% de suas florestas”, observa Gore (Gore 2007, 146-147), “foram derrubados”. A taxa de crescimento populacional do Haiti, no entanto, é de modesto 1,6% (UN Data).

Um ponto importante que é negligenciado nas discussões sobre o malthusianismo é que, no discurso da superpopulação, o principal culpado é o sexo. Embora não se trate muito de sexo ou sexualidade no trabalho malthusiano, a identificação da superpopulação como motivo da pobreza e degradação ambiental implica, necessariamente, em algumas pessoas estarem envolvidas perigosamente em uma super-reprodução: homens e mulheres não brancos que vivem no Sul Global envolvidos em sexo heterossexual. O próprio sexo, então, é o ato de destruição.

3 Erotismo homossexual

Nos discursos ambientais malthusianos, o sexo heterossexual, potencialmente reprodutivo, entre pessoas não brancas é uma causa central do colapso da Terra. O sexo homossexual não reprodutivo também tem sido representado como incompatível e ameaçador à natureza nas análises dominantes da ecologia e do ambientalismo. Em suas primeiras elaborações, correntes do ambientalismo norte-americano foram concebidas como resposta à urbanização industrial. Como a homossexualidade estava associada à degeneração da cidade, “a criação de espaços naturais recreativos isolados e a demarcação



de espaços verdes ‘saúdáveis’ dentro das cidades foi entendida, em parte, como um antídoto terapêutico para o grande dano social causado pela homossexualidade afeminada” (Mortimer-Sandilands 2005, 10). De fato, o uso que se seguiu desses espaços por homens *queer* em busca de sexo foi moralmente condenado e criminalizado nos Estados Unidos e no Canadá (Castells and Murphy 1982; Chauncey 1995; D’Emilio and Freedman 1988; Ingram 1997; Schultz 1998). Assim, a “pegação” (*cruising*) masculina em parques, praias e outros espaços naturais tem sido fortemente regulamentada e atacada. Exemplos recentes de ações policiais contra a atividade pública de homossexuais masculinos nessas áreas ocorreram nos Estados Unidos, incluindo: prisões de dezesseis homens em Bull Creek Park, em Austin, Texas, em novembro de 2005 (Robuck 2005); vigilância policial e prisões de homens encontrados se pegando em um parque perto de Dayton, Ohio, em outubro de 2005 (Markham-Smith 2005); prisões de dezenas de homens em um píer no Lake Quinsigamond, em Massachusetts, entre 1996 e 2006 (Thompson 2006); prisões de homens que faziam sexo em parques em Merced, Califórnia (De La Cruz 2006); a prisão de seis homens em 29 de maio de 2007, por exposição indecente na Black Dog Preserve, no Minnesota National Wildlife Refuge, perto de Minneapolis – a última de várias dezenas de prisões em vários parques do Estado (Lemagie 2007); e as prisões de seis homens no Kokomo Reservoir Park, em junho de 2007 (Olsen 2007). Em todos esses casos, as prisões foram feitas após operações planejadas com policiais infiltrados,¹⁷ nas quais a polícia se disfarçou de homens que procuravam por atividade sexual. As ansiedades despertadas a partir sexo público não se limitam apenas aos Estados Unidos. Pesquisas em jornais europeus, australianos e canadenses também revelam relatos semelhantes de prisões de homens supostamente envolvidos na busca por sexo público (Baker 2006; Fraser 2007; Shand 2006). A maior

¹⁷ No original, o autor utiliza o termo “*sting operation*” que significa uma operação na qual a polícia se infiltra no grupo que eles desejam prender para coletar evidências e capturar pessoas prestes a cometer um crime. Esse tipo de operação é criticado por criar armadilhas para prender as pessoas e é proibida em alguns países. (Nota dos tradutores).



parte da cobertura da mídia (discutida em mais detalhes abaixo) adota consistentemente o mesmo discurso: público: o sexo homossexual é ruim para o meio ambiente.

4 Construindo nações brancas

A denúncia da homossexualidade tem muito em comum com os ataques à fertilidade e sexualidades potencialmente reprodutivas de homens e mulheres não brancos. Primeiramente, a nação é substituída pela natureza em ambas as narrativas, uma substituição epistemológica fácil, já que as nações têm os mesmos requisitos de “ambientes saudáveis”: espécies reprodutivas e resistência às invasões hostis de corpos estranhos. Como sugere Sarah Ahmed (2000, 25), “um bairro [ou nação] bom ou saudável não ultrapassa os seus próprios limites e, portanto, não deixa entrar pessoas de fora (ou agentes/vírus estrangeiros)”. Não há, acrescenta ela:

nenhum corpo como tal que seja dado no mundo: os corpos se materializam em um conjunto complexo de relações temporais e espaciais com outros corpos, incluindo corpos que são reconhecidos como familiares e amigáveis, e aqueles que são considerados estranhos (Ahmed 2000, 40).

Em projetos nacionalistas brancos, incluindo a colonização europeia, homossexuais e heterossexuais reprodutivos não brancos são “estranhos”; eles não contribuem para a construção e expansão de – e de fato ameaçam – nações brancas. A importância deles deriva, em vez disso, de suas manifestações como sujeitos de oposição, isto é: como os Outros através dos quais o sujeito branco pode dar sentido a si mesmo (pois o sujeito humano “normal” é sempre um homem biológico) e para os quais as ansiedades sobre a identidade podem ser direcionadas. A articulação da natureza dentro de uma estrutura branca e nacionalista, além disso, produz homossexuais e não brancos como não apenas estranhos, mas também tóxicos. Trabalhando com a teorização do nacionalismo de Ahmed, Berila (2005, 130) aponta que “quem e o que conta como tóxico é... terreno profundamente contestado”. Ainda, “uma vez que os corpos específicos desses outros, geralmente pessoas de cor, *queers*, mulheres ou pessoas de outras nações, são



repetidamente apontados como ameaças à nação”, acrescenta ela, “a leitura de quais corpos são marcados como tóxicos parece particularmente importante em qualquer discussão sobre as paisagens da nação e da identidade nacional” (Berila 2005, 130).

O nacionalismo é sempre baseado na heterossexualidade racializada, pois a sobrevivência das nações exige a reprodução dos corpos. É por essa razão que nos discursos nacionalistas as mulheres têm sido consideradas tanto como objetos de reverência como de falhas: elas são reprodutoras biológicas da nação, mas quaisquer transgressões sexuais de sua parte (lesbianidade, sexo inter-racial) significam que elas também ameaçam a sua sobrevivência (Anthias, Yuval-Davis and Cain, 1992). O projeto mais expansivo do nacionalismo branco, a colonização da América do Norte, foi profundamente inspirado e executado através da geração de respostas às ansiedades frente à homossexualidade e às liberdades sexuais dos heterossexuais não brancos. O historiador Ned Katz observa que “a difundida homossexualidade dos indígenas norte-americanos foi usada como desculpa pelos brancos invasores para o seu extermínio” e:

a cristianização dos povos nativos das Américas e a apropriação colonial do continente pela “civilização” branca e ocidental incluiu a tentativa dos conquistadores de eliminar várias formas tradicionais de homossexualidade indígena – como parte de sua tentativa de destruir essa cultura nativa que poderia insuflar a resistência –, uma forma de genocídio cultural envolvendo americanos e gays (conforme citado por Gaard 1998, 33).

Enquanto os sujeitos homossexuais brancos traíam o imperativo reprodutivo da nação, a ameaça de pessoas homossexuais não brancas subordinadas à nação foi racionalizada de forma diferente. Eles foram considerados um problema em virtude de seu aparente potencial para atrair e “homossexualizar” os brancos. Stoler observa que, durante o período colonial, “desejos por luxo e sexo, riqueza e desperdício foram repetidamente atribuídos a holandeses crioulos e europeus de classe baixa, àqueles associados às culturas híbridas e/ou de origem de sangue misto”. Os nativos e esses europeus “fictícios”, acrescenta Stoler, eram “pessoas governadas por seus desejos sexuais” (Stoler 1995, 183). O “nativo homossexual” e a “mulher nativa” representavam



a tentação e ameaçavam descortinar a autodisciplina do europeu, desencadeando suas fantasias mais sombrias.

Essas ansiedades lançaram as bases para as teorias da racialização que surgiram no século XIX, como as postuladas pelo Conde Gobineau em seu *Essay on the Equality of Races* (“Ensaio sobre a igualdade das raças”, em tradução literal). O argumento central de Gobineau consistia em dizer que as raças brancas são as que estão mais inclinadas a serem sexualmente atraídas pelas outras, e é por isso que elas se miscigenam, enquanto as raças amarelas e negras sentiriam uma repulsa mais forte ao sexo inter-racial, e é por isso que, diz ele, elas tendem a permanecer relativamente não miscigenadas (conforme citado por Young 1995). De fato, as teorias raciais do século XIX não consistiam apenas em ‘essencializar’ diferenciações entre o *self* e o outro, mas também eram, como Young aponta (1995, 181), sobre “um fascínio pelas pessoas que fazem sexo – o sexo interminável, adulteroso, aleatório, ilícito, inter-racial”. Tal teoria racial, argumenta Young (1995, 181), “projetou a fantasmagoria de uma máquina desejante – do colonialismo – como uma fábrica de pessoas”. Havia grandes temores sobre uma:

incontrolável fornicação frenética produzindo as inúmeras variedades multicolor de intercruzamento, com os próprios descendentes miscigenados, gerando então uma mistura cada vez maior, “mestiçagem”, de descendência híbrida diversificada infinitamente autopropagada: meio-sangue, metade-puro, híbrido, intercruzado, mestiça, mesclado, intermisturado, miscigenado, *alvino*, mulato, cafuzo, *castizo*, *cholo*, *chino*, *cob*, crioulo, *dustee*, *fustee*, *griffe*, mameluco (Young 1995, 181).¹⁸

Após a queda dos impérios europeus, essas ansiedades tomaram nova forma, como discursos anti-imigração (“Febre Amarela”, “Invasão Asiática” etc.) e, como já observado, propaganda sobre superpopulação. Mais recentemente, as preocupações pós-

¹⁸ Decidimos manter as palavras em itálico sem tradução mediante suas similaridades pejorativas dentro de um mesmo campo semântico: o da mestiçagem/mulato. *Castizo*, por exemplo, remete ao filho(a) que nasce da relação entre europeus e ancestrais ameríndios, ou seja, de raças misturadas. Ver mais em: <https://en.wiktionary.org/wiki/castizo>. *Fustee* (mulato) refere-se àquele(a) com ancestralidade negra, filho(a) de um *Mustee* (de ancestralidade africana) com um(a) branco(a). Ver mais em: <https://en.wiktionary.org/wiki/fustee> e <https://en.wiktionary.org/wiki/mustee>. *Griffe* (mulato) refere-se a(ao) filha(a) entre um mulato e um(a) indígena americana. Ver mais em: <https://www.urbandictionary.com/define.php?term=Griffe>. (Nota dos tradutores).



industriais sobre a degradação ambiental forneceram outro prisma através do qual a xenofobia e o racismo poderiam ser articulados como prudência ambiental. Mas não se engane: chamadas de grupos como o Sierra Club (EUA) – algumas delas feitas recentemente em 2006 – para conter a imigração e regular a reprodução sexual de pessoas no Sul Global são apenas uma reafirmação dos ideais nacionalistas brancos como um compromisso com a natureza. Esta análise é suportada por pesquisas que demonstram o compromisso dos ambientalistas norte-americanos com as construções nacionalistas brancas da natureza. Como Noël Sturgeon aponta:

Os ambientalistas tradicionais, em sua ênfase na natureza selvagem, na extinção de espécies e, em geral, vendo o meio ambiente como excluindo os seres humanos, muitas vezes caem a serviço dessa lógica ocidental dominante de ver o natural como puro, imutável, não contaminado pela influência social e sem história. Esse tipo de ambientalismo dominante evita questões de justiça ambiental, que lidam principalmente com problemas de saúde humana e comunitária, usando uma definição mais ampla e menos reificada do meio ambiente e identificando as relações de poder como centrais para a causa dos problemas ambientais. (Sturgeon 2004, 263).

A natureza precisa de proteção – essa conclusão se dá a partir da presença tóxica de corpos não brancos.

A cobertura de prisões de homens envolvidos em ou à procura de sexo em espaços naturais revela, similarmente, o paralelo entre a constituição da natureza (e a nação) como um espaço puro que deve ser protegido das incursões de homossexuais tóxicos. Uma estratégia comumente empregada com esse fim tem sido a de equiparar o sexo à poluição e se concentrar no lixo e nos danos ao meio ambiente produzidos pelos atos. Uma reportagem apresentada por Sarah Lemagie, para o Star Tribune sobre as prisões de Minnesota, fornece uma ilustração dessa abordagem. Lemagie começa o artigo associando o sexo gay ao lixo: “os acostamentos cheios de lixo ao longo do rio Minnesota em nada se parecem com a Lovers’ Lane¹⁹ (Travessa dos Amantes, em tradução livre)”, observa ela, “mas para a polícia de Burnsville, que tem monitorado o comportamento

¹⁹ Travessa dos Amantes é uma área isolada aonde as pessoas vão para encontros afetivo-sexuais. Essas áreas variam de estacionamentos, em áreas rurais isoladas, a locais com vistas extraordinárias de uma paisagem urbana. (Nota dos tradutores).



libidinoso entre os homens de lá, isso é basicamente o que eles se tornaram”. Escrevendo sobre um popular ponto de “pegação” (*cruising*) em Maple Grove, ela cita um oficial que destaca os danos que homens que procuram sexo infligem ao meio ambiente e ao lixo que deixam para trás: “os homens vagavam em carros ou em bancos de piquenique e entravam em pares nos arbustos”, onde os policiais encontraram colchões e “preservativos às centenas”, ela cita o oficial. No Canadá, um artigo sobre a pegação masculina no Stanley Park que apareceu no Vancouver Sun, em 2001, relatou: “aventure-se a sair das trilhas mais usadas por entre as árvores, e não tem como você não perceber. O chão úmido é coberto por preservativos usados, suas embalagens e lenços de papel: os restos reveladores do que é amplamente conhecido na comunidade gay masculina como sexo de parque” (Zacharias 2001, n.p). Uma história de junho de 2007, que apareceu no National Post, repetiu essa associação entre sexo homossexual e poluição do espaço natural e condenou a polícia por não tomar medidas punitivas: “os visitantes de uma parte do famoso Stanley Park podem se deparar com homens praticando sexo oral e penetração”, observou o colunista Brian Hutchinson, “ainda, as áreas de pegação, sujas de preservativos usados e pontas de cigarro, parecem sacrossantos” (Hutchison 2007, n.p). De forma semelhante, uma matéria elaborada por Peter Baker para o Essex Chronicle se concentra na indignação expressa por Brian Olley ao se deparar com atos homossexuais ocorrendo no Hylands Park. De acordo com o artigo, o usuário do parque Brian Olley (2006, 11) “exercita seu cachorro em Hylands caminhando de sua casa até lá duas vezes por dia”. Embora ele tivesse visto muitas vezes “veículos com ocupantes do sexo masculino estacionarem do lado de fora do portão principal [do Hylands]” na maioria das noites, ele ficou “chocado ao se deparar com dois homens fazendo sexo em uma trilha que ele costumava usar para passear com seu cachorro, no canto do parque”. Olley, relata Barker, notou que “há lixo degradante ao redor da área de entrada”, local frequentado por homens à procura de sexo. O gerente do parque também é citado dizendo: “os preservativos e lenços de papel são, provavelmente, jogados na rodovia e nos recuos da estrada” (Olley 2006, 11). Esse ato de jogar lixo em parques é semelhante a “sujar a



nação”, particularmente à luz da constituição histórica dos parques como parte da construção da nação branca.

5 Segurança Pública e moralidade como ecologia

Empregando uma abordagem semelhante, a ecologia também serviu à produção de códigos sociais e morais que são opressivos para *queers* e pessoas não brancas. Tanto o sexo homossexual quanto o erotismo heterossexual não branco têm sido vistos – desde (pelo menos) o período colonial até o contemporâneo – como transgressões da moralidade e ameaças à Segurança Pública. Stoler (1995, p. 179) aponta que nas Índias Orientais Holandesas do final do século XIX e início do século XX “a equiparação das origens da classe comum com a licenciosidade descontrolada era praticamente a mesma coisa”. Para os colonos, a concubinação com mulheres nativas era comparada e equiparada a práticas sexuais homossexuais, tanto entre colonos quanto com nativos: “Os perigos de uma comunidade europeia homossexual foram implicitamente ponderados com relação aos riscos médicos da prostituição heterossexual desenfreada”, diz Stoler; “ambos foram condenados como moralmente perniciosos e uma ameaça à sobrevivência racial” (Stoler 1995, 181). De fato, o sexo com prostitutas nativas era justificado com base no fato de que um soldado europeu tinha que satisfazer seus “apetites sexuais naturais” e que, se impedido de exercer esses “impulsos sexuais naturais”, ele recorreria a vícios não naturais, isto é, masturbação ou sexo homossexual (Stoler 1995, 179-180). Stoler (181) também aponta que, embora “depreciações morais estridentes” tenham sido explicitamente lançadas contra a mistura racial, os perigos morais da homossexualidade muitas vezes não foram expressos.

As advertências de Malthus sobre a ameaça da superpopulação também foram profundamente influenciadas pelos pânicos morais racializados relacionados à sexualidade. A maioria dos textos sobre Malthus, incluindo aqueles críticos à sua tese, faz referência apenas ao contexto britânico que cercou suas reflexões originais sobre a superpopulação. A maior parte da atenção ao trabalho do clérigo nessa literatura está



focada na defesa dos interesses capitalistas no contexto das lutas de classes na Inglaterra. Porém, como a pesquisa de J. C. Caldwell (1998) deixa claro, Malthus também foi fortemente influenciado por seu trabalho como administrador colonial na Índia. Malthus passou quase toda a sua vida adulta trabalhando para a Companhia das Índias Orientais, e foi sua aversão aos hábitos sexuais dos indianos que alimentou sua retórica sobre a superpopulação: “Malthus tornou-se cada vez mais interessado na falta de prudência com o casamento nas nações incivilizadas”, observa Caldwell (1998, 681), “e nas condições que, no entanto, as impediram de estar em um estado perpétuo de fome”. As ansiedades sobre sexo estavam entrelaçadas – como haviam sido para os exploradores europeus antes dele – com as da diferença racial.

Mais recentemente, os perigos morais tanto da homossexualidade e quanto da heterossexualidade reprodutiva não branca foram enunciados através da produção de discursos ecológicos. Nas representações malthusianas do ambientalismo, o desaparecimento do planeta está ligado aos arroubos imorais da subclasse poluidora. Sandilands observa que o discurso populacional:

se baseia na bifurcação do mundo em dois: os “bons” cidadãos ecológicos, que ouviram ao – e entenderam o – chamado por limites e não precisam de (maior) intervenção regulatória; e os corpos indisciplinados, que não têm, não podem e/ou não o fazem (Sandilands 1999, 86).

A natureza tem sido igualmente usada como meio de produção e local de regulação moral contra o sexo homossexual, como na representação do sexo público como poluidor. Sandilands explica que:

Colocar as árvores abaixo ou arrancar a vegetação rasteira em um parque no centro da cidade pode ser tanto uma ameaça para a expressão pública da cultura masculina gay quanto para a natureza urbana, e poluir uma praia que atua como um centro de atividade lésbica ao ar livre pode destruir comunidades bióticas e sociais (Sandilands 2001, 175).

Sandilands conclui que o ambientalismo predominante, como o envolvido na criação de parques urbanos, “inclui uma forte tradição histórica de marginalização da



expressão sexual. A fim de se aproximar da pureza moral, a sexualidade foi excluída” (Ingram 1997, conforme citado por Sandilands 2001, 176).

Um guia de 2005 do Departamento de Justiça dos EUA intitulado “Atividade sexual ilícita em lugares públicos”, produzido pelo Escritório de Serviços de Policiamento Orientado à Comunidade, deixa clara a equiparação da imoralidade com as transgressões ambientais no que diz respeito à homossexualidade. Publicado como parte de uma série que visa “resumir o conhecimento sobre como a polícia pode reduzir os danos causados por problemas específicos de crime e desordem”, e escrito especificamente para policiais, o guia começa com a identificação de seis razões principais “pelas quais a polícia deve se preocupar com o sexo público”.

Esta lista correlaciona e combina preocupações sobre:

- *Moralidade e respeitabilidade social*: “a atividade sexual pública pode ofender testemunhas inadvertidas” e “pode desestimular o uso legítimo de espaços públicos”;
- *Saúde*: “a atividade sexual pública pode estar relacionada à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS”, e está “associada ao consumo excessivo de álcool”;
- *Segurança Pública*: “a atividade sexual pública pode atrair um público hostil, causando um risco de crimes violentos, como assalto e/ou roubo, bem como crimes não violentos, como chantagem”, e;
- *Degradação ecológica*: “preservativos usados descartados, recipientes de lubrificantes e outros apetrechos são desagradáveis de se ver e potencialmente perigosos”²⁰.

Nenhuma dessas alegações tende a se sustentar sob um exame mais cuidadoso (Chauncey 1995; Ingram 1997; Schultz 1998), e as posições tomadas em muitas delas

²⁰ Esta afirmação é interessante por uma série de razões, incluindo o fato de que ela é listada logo após a preocupação com o HIV/AIDS, usando imediatamente a doença para criar ansiedade e descartar os meios para evitar sua disseminação.



muitas vezes desafiam a lógica: é o sexo público – não a homofobia, por exemplo – que “atrai” um público hostil para causar violência? É o sexo público – e não como é realizado (ou seja, sem preservativos ou outras precauções) – que causa a AIDS. Mas a mensagem geral é clara: o sexo público, entendido majoritariamente no relatório como sexo homossexual entre homens, é socialmente perigoso e incompatível com a manutenção de ambientes saudáveis.

Falando sobre as prisões de dezesseis homens em Black Dog Park, Minnesota, em maio de 2007, o sargento da polícia Jeff Witte disse: “não estamos aqui para julgar as pessoas por seu comportamento. Nós simplesmente não queremos isso em público em nossos parques da cidade” (Olsen 2007). A alegação de Witte de que o policiamento do sexo no parque *não* é um julgamento das pessoas não se sustenta a um exame mais detalhado da linguagem usada para incitar oposição e respostas punitivas ao sexo público.

Uma das estratégias mais populares da polícia e de outros opositores da atividade sexual em espaços naturais tem sido apresentar-se como protetores das crianças. Muitas vezes, a polícia explica seus esforços para inspecionar parques e fazer prisões em termos semelhantes aos do policial sênior australiano Mark Spencer: “eu recebia reclamações todos os dias de mães e pais que levavam seus filhos, e chegou ao ponto de ninguém querer mais estar lá”, disse ele a um repórter que cobria as prisões de homens em Burpengary Park feitas por Spencer em 2007 (Fraser 2007). Assim como a declaração de Witte sobre como os “nossos” parques municipais são usados, o comentário de Spencer não apenas reitera a noção de que os homossexuais não pertencem à nação – e que, em vez disso, a poluem (“ninguém queria estar lá”), mas também invoca um discurso moral que enfatiza como a exposição a imagens de sexo gay pode macular a inocência das crianças. Preocupações sobre como livrar os parques do sexo gay para transformá-los em lugares que tenham “uma atmosfera familiar mais convidativa” são expressas por inúmeros outros defensores do planejamento (Osterwalder 2006; Stepzinski, 2007), tendo sido ao menos uma operação anti-sexo gay com policial infiltrado inteiramente baseada na responsabilidade moral com relação às crianças.



Em 2002, a força policial de Fresno, Califórnia, criou a operação “Protegendo Nossas Crianças”, na qual os policiais fingiram estar procurando por sexo. De acordo com os registros do tribunal, “um policial disfarçado entrava nos banheiros do parque, fazia contato visual com as pessoas e sugeria que elas se envolvessem em atos sexuais. Aqueles que concordaram foram presos no local ou apreendidos mais tarde” (Collins 2007, n.p). Apenas policiais do sexo masculino foram envolvidos na operação. Uma reportagem da CBS sobre sexo público em Fort Worth, Texas, declarou que “a proximidade de famílias e crianças com o sexo em Trinity e o lixo deixado para trás são de extrema preocupação”. Repetindo a caracterização do sexo homossexual como um ato poluente, e usando uma linguagem que animaliza o sexo homossexual, o relatório acrescentou que “as partes mais escuras são como um ninho cheio de penas espalhadas, formadas por preservativos usados, embalagens de preservativos, lenços de papel higiênico usados e roupas descartadas” (FW Park Known 2007, n.p).

Esses trechos demonstram que a vigilância e a punição do sexo público entre homens estão muito menos preocupadas com as circunstâncias materiais das situações consideradas do que com a manutenção da heteronormatividade: homens que buscam sexo em parques mais provavelmente o fazem porque eles oferecem proteção visual e segurança, e não por algum impulso exibicionista. Como até mesmo reconhecido em um editorial de 1993, no Edmonton Journal, que condenava a “atividade sexual em parques públicos” (Victoria Park & Government House), “ninguém iria querer dar de cara com pessoas envolvidas em sexo público, mas isso é improvável porque a atividade geralmente ocorre no meio da noite, quando pessoas que vão para fazer piquenique ou se exercitar estão dormindo em suas camas” (Overactive Police Work? 1993, n.p). Além disso, armadilhas policiais para prender homens em banheiros públicos dificilmente corresponde a evidências que claramente mostram que as crianças são muito mais propensas a serem abusadas sexualmente por pessoas familiares a elas em espaços privados do que por estranhos em um banheiro público.

A eficácia dos argumentos morais é evidenciada não apenas nas práticas discursivas dos críticos do sexo público, mas também nas de atores mais empáticos.



Discutindo o problema da atividade sexual em Minnesota, o capitão da polícia de Shakopee, Craig Robson, repete um aviso comum sobre os perigos que isso representaria para as crianças: “quando você está envolvido em atividade sexual em um parque público onde existem *playgrounds* e crianças nas proximidades”, diz ele, “isso não está certo” (Lemagie 2007, n.p). Lorraine Teel, diretora executiva do Minnesota AIDS Project, criticou duramente as prisões feitas aos homens acusados de se envolverem em atos obscenos. Em entrevista a Lemagie, ela condenou a gravidade da resposta da polícia e ressalta: “preferimos usar essas situações como formas de educar”. Reprimir o sexo público, observa Teel, “leva os homens que estão envolvidos em comportamentos de risco e que precisam de ajuda ainda mais para a clandestinidade” (Lemagie 2007, n.p). No entanto, ela também está convencida da ideia de que o sexo entre homens representa uma ameaça aos usos “normais” da natureza, pois, “ao mesmo tempo”, observou ela, “claramente reconhecemos que há questões públicas. Se esses locais estão à plena vista das áreas de piquenique ou do estacionamento da Target, ou algo assim, sim, isso é um problema” (Lemagie 2007, n.p).

Uma das grandes ironias sobre o enquadramento do sexo público como perigoso para a natureza é que as tentativas de policiamento e restringir os atos homossexuais em espaços naturais têm sido elas mesmas destrutivas. Uma tática comum empregada pela polícia e administradores públicos tem sido desmatar áreas consideradas propícias a ocultar a atividade sexual. Em Maple Grove, Minnesota, por exemplo, a agência policial local cortou os arbustos em uma popular parada rodoviária e, eventualmente, construiu uma cerca de três metros (Lemagie 2007). Em Geelong, na Austrália, a polícia, preocupada com o sexo público no limite norte de Belmont Common, defendeu o corte de arbustos. “Para evitar [o sexo gay], ...corte os arbustos”, disse o inspetor Wayne Carson, da Geelong, a um repórter (Shand 2006, 1-4). Ações semelhantes foram tomadas em Toronto, com a remoção da vegetação de Cherry Beach, tão recentemente quanto em 2007. As reações às ansiedades com relação ao impacto do sexo homossexual na natureza, em outras palavras, acabaram por ter um impacto muito mais devastador. De fato, alguns reguladores de parques adotaram uma abordagem menos polêmica e, em última análise,



mais significativa. Em resposta ao lixo causado pelos preservativos no Stanley Park, a Comissão do Conselho do Parque de Vancouver instalou recipientes de lixo extras na área e, diz o membro do conselho Duncan Wilson, “convocou a comunidade gay a limpar o que sujou” (Zacharias 2001, n.p).

6 Negando o erótico

Um componente necessário dessa caracterização da homossexualidade e da sexualidade reprodutiva não branca como perigosas e prejudiciais à ecologia é a negação dos prazeres que elas provocam. O prazer sexual é negado por meio de duas estratégias entrelaçadas: (1) a caracterização do sexo como um ato de morte; e (2) a negação de agência individual por sujeitos não brancos e homossexuais na formação do desejo sexual. O sexo entre homens e mulheres do Terceiro Mundo traz morte ao planeta através das tensões da superpopulação, enquanto o sexo homossexual traz morte e doença. Sandilands (1999, 86) sugere que, no discurso ambiental-populacional, “a única relação possível entre os seres humanos e a natureza não humana é antagônica, pois a natureza existe apenas como um ‘recurso’ para uso humano; inevitavelmente, mais pessoas significam mais degradação”. Em segundo lugar, “a primeira aparição da natureza na vida humana é como um limite ao *excesso* humano, incluindo, potencialmente, um excesso de liberdade humana (especialmente no contexto de uma crise)” (Sandilands 1999, 86, grifo do autor). Não apenas a consequência inevitável de ambas as formas de sexo *queer* é morte, mas também o próprio sexo é visto como um fracasso do marco civilizatório. O sexo não é uma decisão consciente de busca pelo prazer erótico, mas, em vez disso, a consequência de um desejo incontrolado. Essa lógica se mantém na racionalização do sexo homossexual e do sexo heterossexual não branco.

A história da superpopulação tem como premissa, em grande parte, a ideia de que as pessoas não brancas não têm agência na elaboração e experiência de desejos sexuais. Na cultura popular metropolitana, o sexo é mais frequentemente associado a tipos, desejos, escolhas e decisões individuais. Filmes, séries de televisão, canções populares,



publicações sobre sexo entre homens e mulheres tendem a reduzir a variedade de influências políticas e sociais sobre o desejo a “sentimentos pessoais” e gostos individuais. Não é assim no discurso neomalthusiano. Em forte contraste com as canções de amor e comédias românticas de Hollywood (e Bollywood), que enfatizam ideias sobre química sexual e rituais de cortejo, tanto defensores quanto críticos do controle populacional reduzem a complexidade do comportamento sexual *apenas* às condições sociopolíticas. Referências ao desejo e prazer sexual não são encontradas em nenhum lugar na literatura sobre desenvolvimento preocupada com superpopulação ou seu sucessor discursivo, o HIV/AIDS. No melhor dos casos, as estratégias de educação em saúde sexual reconhecem a “necessidade” de sexo, mas, muitas vezes, o sexo está associado à chegada da morte via AIDS ou outras Infecções Sexualmente Transmissíveis. Mesmo os críticos do malthusianismo têm sido cúmplices dessa posição. Murray Bookchin sugere, por exemplo, que o comportamento sexual dos povos do Terceiro Mundo “é *profundamente condicionado* pelo seu status social, como pessoas que pertencem a um determinado gênero, hierarquia, classe, tradição étnica, comunidade ou período histórico, ou aderem a qualquer uma de uma variedade de ideologias” (Bookchin 1994, 32, grifo do autor). Embora seu principal propósito ao fazer esses comentários seja o de refutar a equiparação dos humanos com moscas das frutas,²¹ Bookchin coloca tanta ênfase no “condicionamento” da experiência humana (e da sexualidade) que ele implicitamente adere a essa negação do amor/desejo; é, afinal, “o *status* social, gênero, hierarquia, classe, tradição étnica”, e assim por diante, e *não* o desejo individual, que condicionam as relações sexuais. Em *Reproductive and Sexual Rights* (1994), (“Direitos reprodutivos e sexuais”, em tradução literal), as feministas Sonia Correa e Rosalind Petchesky propõem quatro princípios éticos para orientar uma agenda de direitos reprodutivos: integridade corporal; pessoalidade; igualdade; e diversidade. Mas a única

²¹ O termo “moscas das frutas”, tradução literal do inglês “*fruitflies*”, se refere ao uso de moscas para fins de pesquisa científica, cujo propósito é o de observar o impacto das sucessivas gerações, por elas terem uma alta taxa de reprodução, considerada muitas vezes “descontrolada”. (Nota dos tradutores).



referência aberta ao prazer sexual em todo o documento é em referência à doença e à morte:

A crise global do HIV e da AIDS complica, mas não diminui, o direito de todas as pessoas ao prazer sexual responsável em um ambiente social e cultural de apoio. Para que mulheres e homens de diversas orientações sexuais possam expressar sua sexualidade, sem medo ou risco de exclusão, doença ou morte, deve haver educação sexual e ressocialização masculina e feminina em uma escala até agora sem precedentes (Correa and Petchesky 1994, 114).

A maioria dos demais colaboradores sugere que o sexo entre as pessoas que vivem no Terceiro Mundo é um evento econômico político global, e por boas razões. Lutando contra as rápidas e prejudiciais técnicas de esterilização coercitiva – usadas para controlar a sexualidade das mulheres do Sul, por um lado; e o pró-natalismo masculinista e o fundamentalismo religioso, por outro – as feministas tiveram que afirmar que as *escolhas* reprodutivas não se limitam apenas ao controle de natalidade. Entretanto, o que permanece incontestado neste enquadramento é a categorização dos povos do Terceiro Mundo como pessoas carentes de agência.

A peça-chave, atravessando ambos os discursos neomalthusianos e antimalthusianos, é que “os pobres” não têm agência. Quando o Banco Mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Ehrlich e outros pedem a implementação de controles populacionais, eles pressupõem que a reprodução no Terceiro Mundo pode ser sistematicamente controlada através da disseminação das “informações corretas” e de serviços especializados. Quando feministas, autores de planos de desenvolvimento (liberais) e outros pedem mais acessibilidade à saúde e à educação, elas fazem a mesma pressuposição. Educar mais meninas, construir mais escolas e clínicas e tornar o controle de natalidade mais acessível podem ser, em si mesmos, objetivos dignos, mas sua busca no contexto do controle reprodutivo é problemática na medida em que tiram de cena o amor, o prazer e o desejo sexual.

O sexo homossexual tem sido caracterizado dessa mesma maneira tanto no Norte quanto no Sul Global, desde pelo menos o período colonial até a contemporaneidade. Citando a interpretação que Grosz faz a partir de Freud, Sandilands sugere que o prazer e



a morte estão “filogeneticamente ligados”, pois “as atividades sexuais prazerosas dos indivíduos estão intimamente ligadas à reprodução da espécie, e a reprodução da espécie é contingentemente dependente da vida, reprodução e morte dos indivíduos. O sexo, nessa narrativa, é uma *compensação* pela morte” (Sandilands 2001, 181, grifo do autor). O sexo é, nesse contexto, um *ato* de morte. Apoiando a afirmação de Greta Gaard de que o antierotismo e a heterossexualidade hegemônica não apenas fazem parte das ideias ocidentais dominantes da natureza, mas também estão interestruturadas com a degradação ambiental, Sandilands argumenta que “a profunda erotofobia da cultura ocidental” – uma erotofobia que está claramente ligada à regulação do sexo – garante a produção de ambientalismo que se agarram a uma compreensão da natureza que patologiza a diversidade sexual.²² De fato, essa é a imagem que é representada sobre ambas as posições enquadradas em um sujeito – o homem homossexual não branco (mais recentemente marcado como HsH, “homens que fazem sexo com homens”) – que foi identificado como a maior ameaça do planeta, com suas indiscrições sexuais e sua traição à unidade familiar heterossexual, consideradas responsáveis pela praga do HIV/AIDS (Gosine 2007, 2009).

7 (Trabalhando) Rumo às Ecologias Queer

Essa descrição das maneiras pelas quais as relações entre o sexo reprodutivo não branco e o sexo homossexual e a natureza são igualmente interpretadas é tanto um chamado para se reconhecer essas imbricações quanto uma provocação à criação de “Ecologias *Queer*”. Através da minha caracterização da “reprodução não branca” como sexo *queer*, estou tentando levantar três conjuntos de preocupações relacionadas:

²² Conforme Sandilands explica (2001, 177): “o argumento de Gaard é que a cultura ocidental, com sua ênfase pós-iluminista na razão, desvaloriza o erotismo na mesma construção conceitualmente dualizada daquela que subordina as mulheres aos homens; do corpo à mente; não branco para branco; *queer* para heterossexual; e natureza para cultura. Para Gaard, há uma relação ideologicamente reforçadora entre a normalização da heterossexualidade, a desvalorização do erótico e a compreensão da supremacia da cultura humana sobre a natureza não humana; a contenção da natureza apoia a supressão da diversidade sexual, e a regulação da sexualidade é uma parte ativa da opressão da natureza”.



a. *Primeiro: uma preocupação sobre a geografia política da Ecologia Queer*

A produção de “Ecologia *Queer*” é um projeto decididamente euro-americano? Trabalhos que teorizam a sexualidade e a natureza tendem a assumir (ao mesmo tempo em que criticam) uma compreensão do ambientalismo e da natureza como narrativas teleológicas ocidentais. Este ensaio, por exemplo, tem se preocupado com a representação de sexo reprodutivo não branco e homossexual nos discursos ambientais euro-americanos; a reprodução heterossexual não branca é sexo *queer* no sentido em que se desvia das convenções sociais defendidas nos discursos ambientais norte-americanos. Quais são as implicações de estabelecer esse limite histórico-geográfico para a Ecologia *Queer*? Se o contexto euro-americano continuar sendo o principal ponto de referência, como suas questões e análises contribuirão significativamente para a produção da natureza em outros lugares, ou para a articulação contemporânea do ambientalismo como um projeto global? Privilegiar histórias euro-americanas de ambientalismo – mesmo com o propósito de exame crítico – é ser cúmplice das agendas do império e do imperialismo americano em particular?

b. *Segundo: uma preocupação com o racismo racial*

Se a Ecologia *Queer* deve manter um olhar atento sobre a produção da natureza em contextos euro-americanos – o que, apesar de minhas dúvidas é, suponho, uma opção legítima e viável – o que acontece com o racismo racial? Muitos estudiosos envolvidos na produção do campo da Ecologia *Queer* (por exemplo: Ingram, Sandilands e os colaboradores de *New Perspectives in Environmental Justice* de Rachel Stein) certamente incorporaram, mesmo às vezes privilegiados, uma análise da raça. Em seu importante ensaio, *Toward a Queer Ecofeminism* (“Rumo a um Ecofeminismo *Queer*”, em tradução literal), Greta Gaard descreve algumas das ligações entre colonização e homofobia. Ela descreve como as relações



homossexuais entre indígenas norte-americanos eram vistas pelos cientistas coloniais como responsáveis por seu extermínio, e envolve também uma discussão do trabalho de Cynthia Enloe sobre masculinidade para demonstrar algumas ligações entre a produção de masculinidade, identidade sexual e nacionalismo. Gaard (2004, 35) também aponta que “não apenas a transgeneridade e a sodomia perturbaram os colonizadores; mas também práticas heterossexuais desprovidas das restrições impostas pelo cristianismo eram censuráveis”. No entanto, algumas das reivindicações da Ecologia *Queer* sobre a construção da heterossexualidade como natural tornam-se problemáticas sem uma análise concomitante do racismo racial. Por exemplo, no mesmo ensaio, Gaard argumenta, como muitos outros fizeram, como o natural está associado à “procriação”. Isso pode ser verdade no contexto do nacionalismo branco, mas as capacidades reprodutivas de pessoas não brancas certamente não foram consideradas naturais (ao contrário, como descrevi acima, foram tidas como perigosamente perversas) no ambientalismo ocidental. Considerando os entrelaçamentos identificados entre sexualidade e raça na produção da natureza e da nação, não deveríamos estar sempre alertas à coexistência de ambas em primeiro plano? Eu acrescentaria a esta lista gênero e classe, que não discuti aqui, mas sobre os quais também acredito que devam estar sempre nas considerações primárias de nossa análise. Também tem estado implícita nesta análise a separação entre o sujeito *queer* e o sujeito racializado como não branco; ou seja, os sujeitos são vistos ocupando uma ou outra posição, nunca ambas; o que faz com que desapareça o *queer* não branco e, também sugeriria, o sujeito diaspórico. Como já afirmei, é o sujeito *queer* não branco que, neste momento contemporâneo, é apresentado como um desviante mortal e perigoso, através das alegorias de HIV/AIDS; eu sugeriria que um foco especial na constituição do sujeito *queer* não branco possa até mesmo contribuir para um projeto de entendimento mais profundo da Ecologia *Queer*.



c. *Terceiro: uma preocupação com a resistência política*

Sobre esse aspecto, minha caracterização da reprodução não branca e do sexo homossexual como atos *queer* contra a natureza não é apenas um chamado para um maior comprometimento na análise da sexualidade com raça, gênero e classe, mas também para projetos políticos que reconheçam e desafiem os investimentos entrecruzados de projetos de heterossexismo, racismo e capitalismo na produção do nacionalismo branco (incluindo o nacionalismo branco praticado por não brancos totalmente comprometidos com a reprodução do modelo euro-americano de Estados-nação capitalistas). O que estou tentando sugerir é que a recusa do racismo racial não está separada da recusa do heteropatriarcado, pois ambos são produções do capitalismo/nacionalismo. Assim, em vez de pensar em uma “coalizão” de interesses “diferentes” (por exemplo, os apelos de Gaard e outros para que feministas, *queers* e pessoas não brancas forjem alianças), um projeto político ecológico *queer* poderia apresentar um tipo diferente de estrutura de resistência? Poderia a *Ecologia Queer* ser melhor servida, por exemplo, pelo tipo de modelo de resistência política que tem sido articulado por feministas lésbicas negras como Audre Lorde, M. Jacqui Alexander e Dionne Brand, cujos trabalhos não são exclusivamente focados na “sexualidade” como componente da opressão, mas reconhecem e lidam com sua plena complexidade dinâmica?

Referências Bibliográficas

- Ahmed, Sara. 2000. *Strange Encounters: Embodied Others in Post-coloniality*. Liverpool, U.K.: Routledge.
- Anthias, Floya, Nira Yuval-Davis, and Harriet Cain. 1992. *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and the Anti-racist Struggle*. New York: Routledge.
- Baker, P. 2006. “Help Crack Park Sex Ring.” *Essex Chronicle Series*, (January 11).
- Berila, Beth. 2005. “Toxic Bodies? ACT UP’s Disruption of the Heteronormative Landscape of the Nation.” In *New Perspectives on Environmental Justice: Gender,*



- Sexuality and Activism*, edited by Rachel Stein, 234-56. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press.
- Bookchin, Murray. 1994. *Which Way for the Ecology Movement?*. San Francisco, Calif.: AK Press.
- Bookchin, Murray, and Dave Foreman. 1991. *Defending the Earth: A Dialogue between Murray Bookchin and Dave Foreman*. Boston, Mass.: South End Press.
- Bookchin, Murray, Dave Foreman, and Steve Chase. 1991. *Defending the Earth: A Dialogue Between Murray Bookchin and Dave Foreman*. Montreal. Quebec: South End Press.
- Caldwell, John C. 1998. "Malthus and the Less Developed World: The Pivotal Role of India." *Population and Development Review*, 24 (4): 675-696.
- Castells, Manuel, and K. Murphy. 1982. "Cultural Identity and Urban Structure: The Spatial Organization of San Francisco's Gay Community." In *Urban Policy Under Capitalism*, edited by Norman I. Fainstein, and Susan S. Fainstein, 237-259. Beverly Hills, Calif.: Sage.
- Chauncey, George. 1995. *Gay New York: Gender, Urban Culture, and the Making of the Gay Male World 1890-1940*. Abingdon, U.K.: Carfax.
- Collins, Chris. 2007. "Roeding Park Sex Sting Ruling Faces Challenge; Judicial Panel Weighs Upholding Decision on Homosexual Bias." *Fresno Bee*, (June 2).
- Connelly, Matthew. 2006. "Population Control in India: Prologue to the Emergency Period." *Population and Development Review* 32 (4): 629-667.
- Correa, Sonia. 1995. *Population and Reproductive Rights: Feminist Perspectives from the South*. Atlantic Highlands, N.J.: Zed Books.
- Correa, Sonia and Rosalind Petchesky. 1994. "Reproductive and Sexual Rights: A Feminist Perspective." In *Population Policies Reconsidered*, edited by Gita Sen et al., 107-108. Boston, Mass.: Harvard Center for Population and Development Studies.
- Darnovsky, Marcy. 1992. "Stories Less Told: Histories of US Environmentalism." *Socialist Review* 92 (4): 11-54.
- De La Cruz, Mike. 2006. "Two Arrested in Park Sex Sting; Operation Will Continue at All Merced Parks." *Merced Sun-Star*, April, 2006.
- D'Emilio, John and Estelle B. Freedman. 1988. *Intimate Matters: A History of Sexuality in America*. New York: Harper and Row.
- Ehrlich, Paul R. 1983. *The Population Bomb*. New York: Ballantine Books. (Original publicado em 1968).
- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton. N.J.: Princeton University Press.
- Foreman, Dave. 1986. "A Spanner in the Woods. Interviewed by Bill Devall." *Simply Living*, 2 (12).



- Fraser, Kelmeny. 2007. "Struggle to Reclaim Park for Families." *Caboulture Shire Herald*, (January).
- FW Park Known to Some Men as a Place for Sex. 2007. *CBS 11/TXA 21—Dallas*. http://cbs11tv.com/topstories/local_story_165225727.html
- Gaard, Greta. 1998. *Ecological Politics: Ecofeminists and the Greens*. Philadelphia. Pa.: Temple University Press.
- Gaard, Greta. 2004. "Toward a Queer Ecofeminism." In *New Perspectives on Environmental Justice: Gender, Sexuality and Activism*, edited by Rachel Stein, 21-44. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press. (Original publicado em 1997).
- Gore, Al. 2007. *An Inconvenient Truth*. Emmaus. Pa.: Rodale Press.
- Gosine, Andil. 2007. "'Race', Culture, Power, Sex, Desire and Love: Writing in 'Men Who Have Sex with Men'." *IDS Bulletin* 37 (5): 27-33.
- Gosine, Andil. 2009. "Monster, Womb, MSM: The Work of Sex in International Development." *Development* 52 (1): 25-33.
- Greer, Germaine. 1984. *Sex and Destiny: The Politics of Human Fertility*. New York: Harper and Row.
- Guggenheim, Davis. 2006. "An Inconvenient Truth." Motion picture. (dir.). Lawrence Bender Productions.
- Hardin, Garrett. 1968. "The Tragedy of the Commons". *Science* 162: 1243-1248.
- Hartmann, Betsy. 1995. *Reproductive Rights and Wrongs: The Global Politics of Population Control*. Boston, Mass.: South End Press.
- Hutchinson, Brian. 2007. "Against the Law." *National Post*, June 9, 2007. Vancouver; Brian Hutchinson; [National Edition].
- Ingram, Gordon Brent. 1997. "Marginality and the Landsapes of (Erotic) Alienation." In *Queers In Space: Communities/Public Places/Sites of Resistance*, edited by Ann Marie Bouthillette, Yolanda Retter, and Gordon Brent Ingram, 27-54. Seattle, Wash.: Bay Press.
- Jordan, Winthrop D. 2000. "First Impressions." In *Theories of Race and Racism*, edited by Les Back and John Solomos, 33-50. New York: Routledge.
- Linden, Eugene. 1996. "The Exploding Cities of the Developing World." *Foreign Affairs* 75 (1): 52-62.
- Lemagie, Sarah. 2007. "Policing the Shadows." *Star Tribune*, June 13, 2007. <http://www.startribune.com/332/v-print/story/1239363.html>
- Malthus, Thomas R. 1958. *An Essay on Population*. London: Dent. (Original publicado em 1798).
- Markham-Smith, Ian. 2005. "Priest Park-Sex Charge." *Mirror*, October 25, 2005.
- Mies, Maria, and Vandana Shiva. 1993. *Ecofeminism*. London: Zed Books.
- Mortimer-Sandilands, Catriona. 2005. "Unnatural Passions? Notes toward a Queer Ecology." *Invisible Culture: An Electronic Journal for Visual Culture* 9. http://www.rochester.edu/in_visible_culture/Issue_9/title9.html



- Olsen, Julianna. 2007. "Police Raid Park to Stop Sex Crimes." *Kare 11 News*, June 20, 2007. http://www.kare11.com/news/news_article.aspx?storyid=255817&GID=Tp1wk31ZWxrePi5IYNdlpTPvU60teZn3yY+OSO1RBss%3D.
- Osterwalder, Joan. 2006. "Park's Return to Former Glory." *Press Enterprise*, sec. B., 2006.
- Overactive Police Work?. 1993. *Edmonton Journal*, A8, 1993. [Editorial—Op-Ed].
- Rattansi, Ali. 1994. "'Western' Racisms, Ethnicities and Identities in a 'Postmodern' Frame." In *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*, edited by Ali Rattansi and Sallie Westwood, 15-86. Cambridge, U.K.: Polity.
- Robuck, Bob. 2005. "Police Sting Nets 16 Arrests for Lewd Acts." *News 8 Austin*, November 30, 2005. http://www.news8austin.com/content/top_stories/default.asp?ArID=150946.
- Sandilands, Catriona. 1999. "Sex at the Limits." In *Discourses of the Environment*, edited by Eric Darier, 79-94. Oxford, U.K.: Blackwell.
- Sandilands, Catriona. 2001. "Desiring Nature, Queering Ethics: Adventures in Erotogenic Environments." *Environmental Ethics* 23 (2): 169-188.
- Schultz, Mark Talbott. 1998. "Policing Public Space: Community Response to Park Cruising and Sexual Activity." MA thesis. Department of Landscape Architecture. Seattle, Wash.: University of Washington.
- Sen, Amartya. 1994. "Population: Delusion and Reality." *New York Book Review* 41 (15), (September).
- Sen, Gita, and Caren Grown. 1987. *Development, Crises and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives*. New York: Monthly Review Press.
- Shand, Jenny. 2006. "Police Want Park Sex Lair Cleaned Up." *Geelong Advertiser*, May, 2006.
- Six Arrested in Park Sex Sting. 2007. *Indy Channel*. <http://www.theindychannel.com/news/13540972/detail.html>.
- Stepzinski, Teresa. 2007. "2 Nabbed in Park Sex Sting." *Florida Times-Union*, May 7, sec B., 2007.
- Stoler, Ann Laura. 1995. *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Sturgeon, Noël. 2004. "'The Power is Yours, Planeteeers!' Race, Gender and Sexuality in Children's Environmental Popular Culture." In *New Perspectives On Environmental Justice: Gender, Sexuality and Activism*, edited by Rachel Stein, 262-276. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press.
- Thompson, Elaine. 2006. "Gay Sex-Site at Lake Busy Despite Arrests." *Worcester Telegram and Gazette*, June, sec A., 2006.
- Toye, John. 2002. "Keynes on Population." *Economic Journal* 112 (480): 391-394.
- UNdata. Haiti. <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Haiti>



- U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services. 2005. *Illicit* “Sexual Activity in Public Places.” By Kelley Dedel Johnson, Washington, D.C., 2005. <http://www.vcpa.org/Resources/Illicit%20Sex%20in%20Public%20Places.pdf>.
- Weinberg, Bill. 1991. *War on the Land: Ecology and Politics in Central America*. London: Zed Books.
- Yearley, Steven. 1996. *Sociology, Environmentalism, Globalization: Reinventing the Globe*. London: Sage.
- Young, Robert J. C. 1995. *Colonial Desires: Hybridity in Theory, Culture and Race*. London: Routledge.
- Zacharias, Yvonne. 2001. “Inside Stanley Park’s Gay Sex Scene: Why Some ‘Trail Hoppers’ Choose Anonymity over the Club Scene.” *Vancouver Sun*, November, sec. A1., 2001.

